EDITORIAL

v. 14, n. 2, jul./dez., 2018

ACESSO ABERTO E A PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA

José Anderson SANTOS CRUZ¹

A revista **Temas em Educação e Saúde** publiciza a edição v. 14, n. 2, jul./dez., 2018. Os diversos textos engendram a educação em vários contextos. Os autores promovem a disseminação de suas pesquisas e discussões no âmbito educacional e suas vertentes.

Assumimos o compromisso cada vez mais de melhorar e qualificar nossos manuscritos, dos quais são exigidos dos autores, desde a escrita científica e como as publicações podem contribuir para a sociedade e para a educação.

O nosso periódico promove discussões e publicizações que estejam relacionadas à educação e áreas afins. Somos uma revista de fluxo contínuo, dessa forma atender às demandas da disseminação científica da Educação e Saúde.

Nesse sentido, Temas em Educação e Saúde, periódico de acesso aberto defende que as publicações devem ser de acesso aberto, porém, essa discussão cada vez mais tem enraizado nos bastidores da comunicação científica, a qual envolvem editores, autores, políticas editoriais, normas e diretrizes. Compreende como acesso aberto,

[...] disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. (BOAI, 2002).

Ou seja, o acesso aberto promove ao universo educacional para que a informação alcance a todos, desse modo gerar conhecimento, replicar o método de pesquisa, verificar dados e resultados, desde que sejam citados corretamente. Bailey (2006, p. 23 [tradução livre]), aponta que as revistas de acesso aberto possuem pontos essenciais para serem

_

(cc) BY-NC-SA

¹ Faculdade Anhanguera de Bauru, Bauru − SP − Brasil. Professor A do Departamento de Pedagogia − Graduação. Doutorando em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras (UNESP). Editor de periódicos. Pesquisador na linha "Gestão e políticas editoriais de periódicos da área de educação". ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5223-8078>. E-mail: joseandersonsantoscruz@gmail.com

consideradas como de acesso aberto, dentre as quais destacam-se: 1) possuem rigor acadêmico; b) regras de avaliação e submissão são itens de controle de qualidade; 3) são em formato digital; 4) disponíveis de forma gratuita; 5) utilizam-se de licenças Creative Commons ou similiares.

Outro ponto fundamental para que os periódicos possam se qualificar nos indexadores, principalmente que sejam de acesso aberto. Mas nesse cenário de acesso aberto, quem paga a conta? As revistas, especificamente na área de educação possuem verbas suficientes? Possuem profissionais que atuem de forma assídua e com habilidades e competências para gerir, editar, desenvolver uma equipe profissional para que as publicações possam manter qualidade, periodicidade?

Para estas perguntas, pode-se dizer que em tempos atuais, as universidades públicas brasileiras vêm sendo sucateadas, cada vez mais as verbas estão diminuindo, inclusive em todos os setores da gestão universitária, mas os periódicos acabam tendo seus recursos extintos, diminuídos ou, alguns acabam interrompendo as suas edições.

Nesse sentido, alguns periódicos vem cobrando o processo de editoração, e é preciso educar os autores, principalmente que a taxa de processamento e editoração do artigo não é uma cobrança de publicação do manuscrito, pois revistas de acesso aberto, as quais cobram para publicar, podem e são consideradas como revistas predatórias, mas nessa discussão ressaltamos as revistas acadêmicas, que se preocupam em publicar pesquisas de professores, graduandos, mestrandos, doutorandos, mestres e doutores para que possam enaltecer suas descobertas e ultrapassar as fronteiras físicas.

Na atualidade, boa parte dos periódicos para se qualificarem, adentrarem no rol de alguns indexadores necessitam publicar no formato bilíngue, em XML (linguagem de marcação), além de manter um quadro de profissionais que atuem no processo de revisão, formatação, normalização, comunicação, divulgação e desenvolver estratégias, entre as quais estar à frente dos demais periódicos, isso demanda custos. Esse cenário requer mudanças nas políticas e na gestão editorial de um periódico. Para Castro (2018),

Embora apoiem a "ciência aberta" e comemorem o avanço do movimento na Europa, muitos pesquisadores brasileiros são desencorajados a segui-lo. Os periódicos Open Access, que por um lado não cobram pelo acesso aos conteúdos, por outro lado, na maioria das vezes impõem altas taxas para a publicação.

Compreende- se que diante das discussões contemporâneas sobre Acesso Aberto e publicação científica no Brasil, preocupações surgem; como pesquisadores e autores se

manterão nas necessidades de publicar e custear o processamento dos manuscritos após serem aceitos (os manuscritos recebem o 'Aceite" após o parecer duplo cegas e quando passam por crivo científico, além das avaliações editoriais)?

Compreende-se que há uma necessidade que todos tenham uma participação, que colaborem com os periódicos e compartilhem, e Castro (2018),

Além das revistas totalmente gratuitas, Lilian afirma que a maior parte das revistas de acesso aberto da América Latina pertencem a editoras pequenas, que não têm fins lucrativos e que cobram taxas bem mais baixas. "Além das que não cobram nada, temos muitas revistas que cobram de R\$ 200 a R\$ 500 para publicação, apenas para pagar seu staff. Elas precisam cobrar para manter a operação, mas é algo bem diferente do que acontece com as editoras comerciais, cujo lucro estimado é de 35%."

Defende-se aqui uma coparticipação por parte dos autores, pois as revistas de acesso aberto que tem como objetivo desenvolver e divulgar a ciência, além de manter sua identidade, estas não possuem lucros, mas é necessário custear toda uma equipe, e o staff que existem por trás de uma gestão editorial, poucos autores possuem conhecimento, além disso, quando um manuscrito é aceito, segue para uma linha de produção: 1) verificação dos pareceres; 2) verificar se foram atendidas todas às exigências editoriais e se revisaram de acordo com o parecer; 3) revisão de texto e de língua; 4) formatação e normalização; 5) revisão de resumo nas diferentes línguas estrangeiras; 6) desenvolvimento de capas para cada edição, para isso se contrata um designer; 7) atribuição e validação do DOI – cada tem um custo de 1U\$\$, isso quando se é associado à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos; 8) inclusão dos metadados na bases de dados, diretórios – indexadores; 9) e tradução para outra língua quando o periódico é bilíngue ou trilíngue – tendência atual para que os periódicos possam cada vez mais se internacionalizar e manter sua qualificação.

Vale a reflexão!

Temas em Educ. e Saúde, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 211-214, jul./dez., 2018.

Boa leitura!

REFERÊNCIA

BAILEY, Charles William Jr. What is open access? In: JACOBS, N. **Open access**: key strategic, technical and economic aspects. Oxford: Chandos, 2006. p. 13-26.

CASTRO, Fábio de. Acesso aberto avança na Europa, mas taxa de publicação aflige brasileiros. Disponível em: http://www.diretodaciencia.com/2018/09/25/acesso-aberto-avanca-na-europa-mas-taxa-de-publicacao-aflige-brasileiros. Acesso em: 05 dez. 2018.

Como referenciar

SANTOS CRUZ, José Anderson. Editorial, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018. Acesso aberto e a publicação científica. **Temas em Educ. e Saúde**, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 211-214, jul./dez., 2018. e-ISSN 2526-3471. DOI: 10.26673/tes.v14i2.12030

Submetido em: 05/12/2018 **Aprovado em:** 05/12/2018

(CC) BY-NC-SA